

SÚMULA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CGPC

1
2
3
4 Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às 10 horas e 30 minutos, na
5 sala de reuniões do 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Previdência Social, teve
6 início a Centésima Quinta Reunião Ordinária do CGPC – Conselho de Gestão da
7 Previdência Complementar, presentes o Representante da Secretaria de Políticas de
8 Previdência Social; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Ministério da
9 Fazenda; dos Patrocinadores e Instituidores de Entidades Fechadas de Previdência
10 Complementar – EFPC; dos Participantes e Assistidos das EFPC; das Entidades Fechadas
11 de Previdência Complementar; do Ministro de Previdência Social e do Secretário de
12 Previdência Complementar. A ata da 104ª Reunião Ordinária foi aprovada.
13 Passou-se à apreciação dos recursos. Após leitura de relatórios, votos e sustentações
14 orais, os resultados dos julgamentos foram: sobrestamento de nove recursos, negação de
15 provimento a três recursos e o não conhecimento de um recurso. Os processos pautados
16 referentes ao investimento do Banco Santos foram todos sobrestados para a próxima reunião
17 do CGPC. Isso porque a Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas
18 de Previdência Complementar) apresentou o estudo “Premissas para a análise da
19 questão Banco Santos – A visão institucional da ABRAPP”, o que, segundo alguns dos
20 presentes, levantou questões que deveriam ser analisadas mais profundamente. A Anapar
21 (Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão) também se comprometeu a
22 apresentar um documento formulando as premissas e o entendimento dos seus dirigentes. O
23 presidente do CGPC, no mesmo sentido, defendeu que se tratassem as questões relacionadas
24 ao Banco Santos com a máxima profundidade, para, posteriormente, apreciar os referidos
25 processos. Findo o julgamento dos recursos, passou-se para os assuntos gerais. Em seguida,
26 declarou-se encerrada a reunião. Brasília, 31 de março de 2008.